



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 2927/2022/MMA

Brasília, 31 de maio de 2022.

Ao Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados  
Câmara dos Deputados  
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, Sala 27  
70160-900 Brasília/DF

*apoioimesa@senado.leg.br*

**Assunto: Resposta ao Ofício nº 283 (SF) - Requerimento de Informação nº 654/2021**

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício nº 283(SF), de 20 de abril de 2022, o qual veicula o Requerimento de Informação nº 654/2021, do Senador Jaques Wagner (PT-BA), "*sobre o Plano Nacional e o Plano Operativo para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023*".

Com relação aos questionamentos apresentados, encaminho o Despacho nº 22466/2022, de 30 de maio de 2022, e seus anexos, elaborados no âmbito da Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais, deste Ministério do Meio Ambiente.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

FELIPE RIBEIRO DE MELLO

Ministro de Estado do Meio Ambiente substituto

Anexos:

- I - Despacho nº 22466/2022 (0902468);
- A - Despacho nº 22370/2022 (0902149);
- B - Agenda de Reuniões (0902186);
- C - Agenda de Reuniões sequência (0902187); e
- D - Nota Informativa nº 968/2021 (0902188).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Ribeiro de Mello, Ministro do Meio Ambiente, Substituto**, em 31/05/2022, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0903281** e o código CRC **E50F6E69**.





## MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

NOTA INFORMATIVA nº 968/2021-MMA

Brasília/DF, 24 de novembro de 2021

**ASSUNTO:** Acórdão 1758/2021 - TCU - Auditoria sobre o desmatamento**1. DESTINATÁRIO**

Secretaria Executiva

**2. INTERESSADO**

Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais

**3. REFERÊNCIA**

OFÍCIO 40718/2021-TCU/Seproc

Auditoria nº TC 038.045/2019-2

Acórdão nº 1758/2021

Decreto nº 10.142 de 28 de novembro de 2019 que Institui a Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.

Decreto nº 10.239 de 11 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional da Amazônia Legal.

**4. INFORMAÇÃO**

Trata-se de manifestação acerca do Acórdão nº 1758/2021-TCU – Plenário que dispõe sobre o controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia Legal nos anos 2016-2020.

Foi recomendado pela Corte de Contas no item 9.2 os seguintes pontos:

**9.2. recomendar, nos termos do art. 43 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 250, III, do RITCU, que, em consonância com o princípio administrativa da eficiência e com os valores de governança pública apontados pelo Decreto n.º 9.203, de 2017, o Conselho Nacional da Amazônia Legal e o Ministério do Meio Ambiente adotem, conjuntamente, as seguintes medidas:**

**9.2.1. elaborem e submetam à Casa Civil da Presidência da República e à Secretaria-Geral da Presidência da República, nos termos do art. 26 do Decreto n.º 9.191, de 2017, as propostas de normativos, em forma clara, coerente e completa, para o detalhamento e a delimitação da competência dos diversos atores envolvidos nas ações de formulação, coordenação, acompanhamento e avaliação da política pública de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia Legal;**

**9.2.2. promovam a estruturação do arranjo institucional para permitir e fomentar a participação de representantes das unidades federativas integrantes da Amazônia Legal, além da sociedade civil e das demais instituições pertinentes, no planejamento e na implementação das ações para o controle do desmatamento ilegal na região;**

Sobre as competências de cada um dos atores temos que cabe ao MMA a formulação e coordenação de estratégias e políticas para a prevenção e o controle do desmatamento ilegal, dos incêndios florestais e das queimadas nos biomas brasileiros, conforme item a, do inciso I, art. 26, do Decreto nº 10455/2020.

Ao CONAVEG compete:

Art. 2º A Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa é colegiado de formulação de políticas de redução do desmatamento ilegal e promoção da recuperação da vegetação nativa com as seguintes competências:

I - propor planos e diretrizes e articular e integrar ações estratégicas para prevenção e controle do desmatamento ilegal e recuperação da vegetação nativa nos biomas;

II - coordenar e monitorar a implementação dos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento ilegal nos biomas de que trata o [inciso III do caput do art. 6º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#);

III - coordenar e monitorar a implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa e do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;

IV - coordenar o desenvolvimento e implementação de iniciativas relacionadas ao setor florestal no âmbito das Contribuições Nacionalmente Determinadas do Brasil;

V - propor prioridades para a aplicação de recursos voltados à redução do desmatamento ilegal e do aumento de áreas com vegetação nativa;

VI - propor medidas para o fortalecimento da atuação do Poder Público em ações estratégicas para o alcance dos objetivos estabelecidos nas políticas e planos de que tratam os incisos II e III;

VII - propor parcerias entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, entidades privadas e a sociedade civil; e

VIII - promover ações conjuntas para produzir, harmonizar e disponibilizar informações oficiais relativas ao desmatamento, cobertura e uso da terra e incêndios.

Do texto se depreende que a ação nacional de combate ao desmatamento é de competência do MMA, devendo esse se articular com os demais atores visando o cumprimento do normativo pertinente. Não há sobreposição com a ação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, mas sim complementariedade.

Ao CNAL cabe a coordenação e a integração das ações governamentais relacionadas à Amazônia Legal, conforme art. 3º do Decreto 10.239/2020, bem como articular ações para implementação das políticas públicas que exijam providências especiais ou de caráter emergencial e propor políticas e iniciativas relacionadas à preservação, à proteção e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, de forma a contribuir para o fortalecimento das políticas de Estado e assegurar a ação transversal e coordenada da União, dos Estados, dos Municípios, da sociedade civil e do setor privado, dentre outros.

Assim se verifica que não há sobreposição de competências, o MMA continua competente para a articulação, formulação e coordenação da política de controle do desmatamento, coordenando o CONAVEG que é o locus de proposição do plano de controle do desmatamento, coordenação e monitoramento de tais planos para todos os biomas brasileiros. O CNAL possui caráter complementar e agregador de todas as políticas para a Amazônia Legal, não somente as ambientais quanto as demais, e apoia as ações.

O objetivo do CNAL é abrangente no sentido de apoiar, fomentar e articular a presença do Estado na Amazônia Legal, contando assim com uma atuação mais ampla.

Cabe esclarecer que muitos dos membros do CONAVEG são também membros do CNAL atuando de forma coordenada.

Ainda, no âmbito da CONAVEG foi proposta a alteração na governança, prevendo a criação de espaços para convidados permanentes, cadeiras que serão ocupadas pelos entes estaduais e pela sociedade civil.

É a informação.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Lisli Ribeiro de Moraes Giannichi, Secretário(a)**, em 24/11/2021, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CESAR LEME JUSTO, Usuário Externo**, em 24/11/2021, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0816864** e o código CRC **87FCCDEE**.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais  
Gabinete SAS

**DESPACHO Nº 22370/2022-MMA**

**Assunto: Encaminhamento do Ofício nº 283 (SF) - Pedido de informações do Senador Jaques Wagner, contido no Requerimento nº 654, de 2021.**

**Ao Gab/SAS,**

Trata-se de subsidios aos questionamentos apresentados pelo Senador Jaques Wagner por meio do Requerimento n. 654, de 2021.

Seguem as informações disponíveis nesse Departamento:

*1. O Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa e o Plano Operativo para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023 foram aprovados por Resoluções da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento e Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg). Encaminhar as atas das reuniões da Conaveg em que os dois Planos foram discutidos, bem como os documentos de apoio que foram utilizados como subsídio para os debates e as respectivas listas de presença nessas reuniões.*

As atas das reuniões se encontram disponíveis no seguinte endereço: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/comissao-executiva-para-controle-do-desmatamento-ilegal-e-recuperacao-da-vegetacao-nativa-conaveg/documentos>

*2. Por meio da mesma Resolução da Conaveg que aprovou o Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, foram encerrados o Plano de Ação para Controle e Prevenção do Desmatamento na Amazonia Legal (PPCDAm) e o Plano de Ação para Controle e Prevenção do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), Considerando-se as lições aprendidas, os sucessos e as dificuldades desses dois Planos, o que deles foi aproveitado para a elaboração do novo Plano aprovado pela Conaveg? Encaminhar as análises e estudos que justificaram o encerramento do PPCDAm e do PPCerrado e a aprovação de um novo Plano.*

Foram considerados pelos dirigentes os Balanços do PPCDAM e PPCerrado do ano 2018-2019 para construção do Plano Nacional, aqueles possuíam os seguintes eixos : 1. Ordenamento Fundiário e Territorial; 2. Monitoramento e Fiscalização Ambiental; 3. Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis; 4. Instrumentos Econômicos e Normativos que foram substituídos pelos 5 eixos atuais, 1.Tolerância Zero (Comando e Controle), 2. Regularização Fundiária, 3. Ordenamento Territorial, 4. Bioeconomia e 5. Pagamento por serviços ambientais e recuperação da vegetação nativa.

Verifica-se assim que os temas continuaram semelhantes àqueles tratados anteriormente, tendo sido propostos pelos órgãos participantes objetivos e metas distintas. Além disso, o Plano Nacional apresentou em sua concepção eixos transversais como a melhoria do ambiente de negócios, financiamento e inovação.

3. Houve, por parte do Governo Federal, avaliação crítica sobre as causas do expressivo aumento das taxas de desmatamento na Amazônia nos anos de 2019 e 2020? Se sim, encaminhar os respectivos documentos e conclusões.

Houve análise que está disponível nos Balanços dos Planos , disponíveis no seguinte link:  
<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/balancos-anuais>

4. *Embora se trate de um Plano Nacional e de um Plano Operativo para Controle do Desmatamento Ilegal, esses planos não contêm metas estabelecidas para as taxas de desmatamento nos biomas brasileiros. Que taxas de desmatamento que se espera atingir com a implementação do Plano Nacional, por bioma, e em que prazos?*

As metas de redução do desmatamento estão descritas no eixo Tolerância Zero do Plano Operativo 2020-2023, são elas: Redução de 15% de 2022 até 2024, de 40% em 2025 e 2026 e de 50% em 2027 e zero em 2028 para a Amazônia, ainda não há definição de metas para os demais biomas pois os órgãos envolvidos estão trabalhando na construção e indicadores, bem como aguardando a finalização de mapeamento para os demais biomas.

5. *A nova composição da Conaveg conta exclusivamente com representantes governamentais, em contraposição à composição anterior (que continha sete representantes governamentais, dois representantes dos estados, um representante dos municípios e dois representantes da sociedade civil). Qual o papel que os estados, municípios e sociedade civil tiveram na elaboração dos dois novos Planos? Encaminharam contribuições, participaram de reuniões, foram consultados sobre as decisões? Encaminhar os documentos que reflitam a participação desses segmentos.*

Foram realizadas reuniões com os governadores dos Estados bem como, com os Secretários de Meio Ambiente da Amazônia, conforme listas de presença em anexo SEI [0902186](#) e SEI [0902187](#)

6. *A estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), adotada pelo atual governo em janeiro de 2019, extinguiu o Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento \_\_ (o (DFCD), responsável pela coordenação do PPCDam e do PPCerrado. Foram ainda eliminadas todas as referências ao desmatamento e às competências a ele associadas em todas as unidades da administração pública federal. Essa lacuna só foi revertida em agosto de 2020, com a edição de decreto com nova estrutura regimental para o MMA. Durante esse período, como se deu a condução do PPCDam e do PPCerrado? Encaminhar documentação que comprove reuniões e ações relativas à implementação desses dois Planos nesse período. Em que medida a eventual paralisação do PPCDam contribuiu para o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia?*

No que se refere à política nacional para combate ao desmatamento, com a articulação que cabe ao MMA, essa foi então atendida tanto pela estrutura do Gabinete do Ministro quanto pelo novo Departamento de Florestas, por meio de articulação política no alto nível, compreendendo reuniões com senadores, deputados, ministros, e em especial, entre governadores da Amazônia Legal. Ainda o Departamento de Florestas, dado que com a reestruturação de toda a esplanada foi necessária articulação, realizou também reuniões diretas com Secretários de Meio Ambiente dos Estados, Secretários dos Ministérios e demais órgãos da administração, além de representantes do terceiro setor e setor privado para apresentar e discutir as novas perspectivas e prioridades, conforme lista de reuniões - Anexo 1- Agenda GM e Anexo 2 - Agenda DEFLOR.

7. *Encaminhar documentos e estudos que tenham embasado a decisão de eliminação das unidades de coordenação das políticas de combate ao desmatamento na administração pública bem como os documentos que embasaram a aprovação da nova estrutura organizacional do MMA, onde essas unidades foram (parcialmente) recriadas.*

Não há nessa Unidade documentos referentes ao tema. Cabe ressaltar que não houve a eliminação das unidades de coordenação das políticas de combate ao desmatamento na administração pública, vez que o tema continuou a ser tratado no âmbito do MMA e suas vinculadas;

8. *No mesmo período em que foram lançados o Plano Nacional e o Plano Operativo, o governo decidiu revigorar o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), transferindo-o do MMA para a Vice-presidência da República, inclusive com a transferência de atribuições afetas ao MMA. Hoje, a condução das ações de combate ao desmatamento está fragmentada com a atribuição, ao Conselho Nacional da Amazônia Legal,*

*do papel de "propor políticas e iniciativas relacionadas à preservação, à proteção e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal", que se confunde com a atribuição da Conaveg de "propor planos e diretrizes e articular e integrar ações estratégicas para prevenção e controle do desmatamento ilegal e recuperação da vegetação nativa nos biomas" e de "coordenar e monitorar a implementação dos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento ilegal". Poucos dias antes do lançamento do Plano Nacional, que supostamente deveria constituir o plano de ação do governo federal para o combate ao desmatamento, o Governo Federal autorizou, por meio do Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020, o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para ações de combate ao desmatamento na Amazônia Legal. Chama atenção, ainda, o documento disponível no sítio eletrônico do CNAL, denominado Plano de Ações Imediatas do Conselho Nacional da Amazônia Legal, datado de 19 de agosto de 2020, que sequer faz referência ao Plano Nacional, lançado em junho, mas faz referência ao PPCDam (então já encerrado), ao passo em que prevê medidas que parecem concorrer com as ações do MMA e de suas unidades vinculadas. O texto do Plano Operativo prevê alinhamento e harmonização das ações reportadas entre a CNAL e a Conaveg. Considerando as incongruências citadas, de que forma se está dando esse alinhamento e harmonização de ações? A quem compete, hoje, a responsabilidade pela coordenação das ações de combate ao desmatamento na Amazônia?*

A coordenação das ações de combate ao desmatamento na Amazonia compete ao MMA, segue Nota Técnica assinada em conjunto entre MMA e CNAL ( SEI [0902188](#)) informando sobre a competência de cada ente.

*9. Os dados disponíveis relativos aos gastos dos militares com a proteção da Amazônia mostram cifras muito superiores aos valores alocados aos órgãos governamentais encarregados do monitoramento e da proteção da floresta. Houve alguma análise de custo-benefício quanto à conveniência e oportunidade desses gastos? Houve alguma análise que mostrasse qual seria a capacidade de resposta dos órgãos ambientais caso os valores alocados às Forças Armadas fossem destinados ao fortalecimento institucional e orçamentário desses órgãos? Encaminhar a respectiva documentação, caso houver.]*

Não é possível ao departamento fazer análise custo benefício com os dados disponíveis ao nosso conhecimento até o momento. Cada ação desenvolvida por cada órgão é prevista em seu respectivo Plano de Fiscalização e de ação.

*10. A coordenação do PPCDam e do PPCerrado cabia ao extinto DFCD, no MMA. O novo Plano, porém, estabelece que sua coordenação ficará a cargo da Conaveg, uma instância de caráter consultivo, não operativo, composta por apenas sete representantes governamentais e com previsão de reuniões, em princípio, a cada seis meses. De que forma essa Comissão poderá coordenar um plano que, pela sua própria natureza, tem uma execução dinâmica, que requer articulação entre diversas instâncias de governo e capacidade de intervenção tempestiva? A quem cabe a coordenação operacional do Plano, incluindo, no âmbito do governo federal, o poder de convocação e o mandato para intervenção tempestiva nas diversas instituições com responsabilidades pelas linhas de ação do Plano, bem como a articulação com os demais entes da federação?*

Assim como acontecia com o PPCDAM e o PPCerrado, a governança desses planos se dava no âmbito das comissões executivas, sendo MMA o coordenador delas, da mesma maneira ocorre com o Plano Nacional para o controle do desmatamento ilegal e recuperação da vegetação nativa . A secretaria executiva das comissões é realizada pelo Departamento.

No seguinte link pode se verificar a governança dos planos finalizados  
[http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/images/Doc\\_ComissaoExecutiva/Livro-PPCDam-e-PPCerrado\\_20JUN2018.pdf](http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/images/Doc_ComissaoExecutiva/Livro-PPCDam-e-PPCerrado_20JUN2018.pdf)

Já a governança do Plano atual pode ser vista no seguinte link : <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/PlanoNacionalparaControledoDesmatamento1.pdf>

*11. Quais os custos estimados para implementação do Plano Operativo 2020-2023? Quais as fontes de recursos assegurados para sua execução?*

Não há previsão específica de custos para a implementação do Plano Operativo haja vista que o combate ao desmatamento e aos incêndios florestais, por se tratar de tema transversal, possui ações dispersas por várias fontes orçamentárias. As ações de combate perfazem desde ações diretas de fiscalização até ações indiretas como de bioeconomia, pagamento por serviços ambientais ( que preponderantemente provem de ações privadas) , ordenamento territorial, dentre outros, conforme se verifica nos eixos do Plano Nacional, ou seja, estão envolvidas nas ações propostas no Plano Nacional ações de origem pública federal, estadual e municipal, além de ações privadas. A atuação para geração de emprego e renda são exemplo de alteração do quadro de desmatamento e não são contabilizadas diretamente.

*12. Embora o Plano Operativo 2020-2023 faça menção a várias linhas de ação cujas instituições responsáveis são as unidades vinculadas ao MMA (particularmente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama - e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio), não há nele qualquer previsão de E fortalecimento institucional, orçamentário ou de pessoal desses órgãos. Sabendo-se que foram eles, historicamente, os principais responsáveis pela contenção do desmatamento durante o PPCDAm e que as Forças Armadas já esboçam sua retirada das ações de comando e controle para combater o desmatamento na Amazônia, que medidas serão adotadas para dotar essas instituições dos instrumentos necessários para essa tarefa?*

Para o eixo Tolerância Zero ao Desmatamento Ilegal, estão previstas ações para “fortalecer e aperfeiçoar os sistemas de monitoramento e a disponibilização de informações para prevenção e controle do desmatamento ilegal”. Em 2021, o Governo Federal dobrou os recursos para os órgãos de fiscalização ambiental, Ibama e ICMBio, acrescentando R\$ 270 milhões aos R\$ 228,1 milhões do orçamento anual do Ministério do Meio Ambiente, totalizando um aumento de 118,4%, cerca de meio bilhão de reais especificamente para ações de comando e controle, refletindo o compromisso com a proteção das florestas e em atingir as metas para eliminar o desmatamento ilegal.

Para reforçar o efetivo nesses órgãos, o Ministério da Economia realizou concurso para a contratação de 739 agentes ambientais, representando um aumento de 18% sobre o efetivo atual. Apenas para o primeiro ano, são previstos R\$ 69,9 milhões em investimentos do Governo Federal, priorizando o volume de fiscais em campo, com abrangência em todos os biomas. Somando-se a esses investimentos no Ministério do Meio Ambiente, o Governo Federal autorizou a atuação de 3.000 homens das Forças Armadas e 700 homens da Força Nacional em operações na Amazônia Legal para combater os crimes ambientais.

Foi assinado também Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, IBAMA, ICMBio e o MJSP visando o estabelecimento de ações de cooperação e apoio técnico para integrar dados e políticas públicas voltados para o combate ao desmatamento ilegal, bem como fortalecer as ações de proteção ambiental e repressão a ilícitos contra o meio ambiente, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas, com foco na investigação de infrações administrativas e penais de competência federal, nas ações ostensivas de poder de polícia e na adoção de protocolos operacionais integrados. No âmbito deste acordo, o MJSP assume o protagonismo no combate aos crimes ambientais e demais crimes organizados por meio da Operação Guardiões do Bioma.

A Operação Guardiões do Bioma é coordenada pela Secretaria de Operações Integradas - SEOPI do Ministério da Justiça e Segurança Pública em articulação com Ibama, ICMBio e demais órgãos para se estabelecer inicialmente em 6 (seis) bases fixas nos pontos de alta vulnerabilidade do território ao desmatamento, tais bases são compostas por agentes das forças policiais vinculadas ao MJSP e agentes ambientais que agem conforme indicação de dados de mapeamento analisado pelo CENSIPAM/MD. Assim os órgãos focados em produção de dados de desmatamento, monitoramento, e publicação de alertas juntamente com os órgãos que possuem poder de polícia devem estar alinhados e trabalhando em conjunto.

Até novembro de 2021, a operação Guardiões do Bioma, havia combatido mais de 16 mil incêndios florestais, em 11 estados dos biomas da Amazônia, Cerrado e Pantanal. Com 8.556 profissionais da segurança pública atuando no âmbito da Operação, foram combatidos 6.772 crimes ambientais, realizadas 3.268 ações preventivas de combate a incêndios, aplicadas 1.547 multas, implementadas 784 ações de combate ao desmatamento ilegal, apreendidos 133 maquinários, apreendidos 5.162 m³ de madeiras e 628 litros de combustíveis.

Essa é a informação disponível nesse departamento.



Documento assinado eletronicamente por **Clarisse Elizabeth Fonseca Cruz, Diretor(a)**, em 27/05/2022, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0902149** e o código CRC **911341BE**.

Referência: Processo nº 02000.002352/2022-49

SEI nº 0902149

Criado por **06823219661**, versão 4 por **06823219661** em 27/05/2022 18:16:15.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável  
Departamento de Florestas

Reunião: GCF Secretários da Amazônia Legal

Data: 16 de outubro de 2019 - 10:00, Sala de reunião 814, 8 andar MMA

Nome	Instituição	Telefone	E-mail	rubrica
Alex Marega	SEMA/MT	3613 7325	alexmarega@sema-mt.gov.br	
Carlos Aragon	CGF	(61) 981579962	carlos-aragon@gofast.org.org	
Gabriel Lui	DEFLOR/MMA	2028 2092	gabriel.lui@mna.gov.br	
Israel Milani		68.999438403	israelmilani@hsema.gov.br	
Joaquim Leite	DEFLOR/MMA	11		
Luis Piva	SEMA/AM	92.981006572	lhpiva@gmail.com	
Marcia Franceschini	DEFLOR/MMA	2028 1774	MARCIA.FRANCESCHINI@MMA.GOV.BR	
Marta Giannichi	DEFLOR/MMA	2028 1329	marta.giannichi@mna.gov.br	
Mauricio Phillip	SEMA/MT	(65) 999256386	mauricio.phillip@sema-mt.gov.br	
Monique Ferreira	DEFLOR/MMA	2028-2093	monique.ferreira@mna.gov.br	
Patricia Abreu	DEFLOR/MMA	2028-2456	patricia.abreu@mna.gov.br	
Renato Foicinha	SEMA/MA	(98) 93869-6299	renatofoicinha@gmail.com	
Robério Nobre	SEMA/AP	(96) 999726248	roberio.nobre@sema.ap.gov.br	
Rogério Martins	FEMR/RR			
Antonio C. M. Sanchez	DEFLOR/MMA	2028-2215	antonio.d.sanchez@mna.gov.br	
Joaquim Piva	DEFLOR/MMA			
Rogério Martins	SEMA/MT	95/99146-9787	rogerio.martins.eng@mt.mma.gov.br	



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável**  
**Departamento de Florestas**

Reunião: Bioeconomia

Data: 04 de dezembro de 2019 – 17:00, Sala de reunião 700 – 7º andar MMA

[illegible]



Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas - DEFLOR  
Reunião: UNIRIO - Apresentação projeto de Recuperação de APP's e Nascentes.  
Data e local: 05 de janeiro de 2020, das 10h00 às 12h00 no MMA 7ª andar, sala 739.

Nome	Instituição	Telefone	E-mail	Rubrica
Benedito	UNIRIO		adeodab@unirio.br	Benedito
Clarisse Cruz	MMA	2028 - 2278	clarisse.cruz@mma.gov.br	
Joaquim Leite	MMA	2028 - 1140	Joaquim.leite@mma.gov.br	
José Luiz	UNIRIO		Jose.Luiz.convesa@unirio.br	
Luiz Carlos ALBERTO	UNIRIO		ALBERTO@unirio.br	
Marta Giannichi	MMA	2028 - 1329	marta.giannichi@mma.gov.br	
Ricardo Silva Cardoso	UNIRIO			
Julia Stabile	MMA	2166		

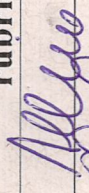
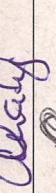
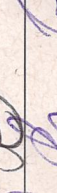
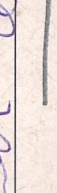
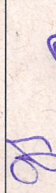

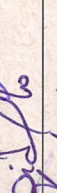
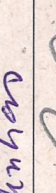
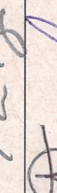

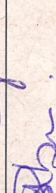






Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas - DEFLO  
Reunião: Apresentação do Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal - SIAGEO Amazônia.  
Data e local: 12 de fevereiro de 2020, das 16h00 às 17h00 no MMA 7ª andar, sala 744.

Nome	Instituição	Telefone	E-mail	Rubrica
Ana Paula Ramos de Almeida e Silva	MMA			
Clarisse Cruz	MMA	2028 - 2278	clarisse.cruz@mma.gov.br	
Giulia Helena	MMA	2028 - 2166		
Gustavo Novais	MMA			
Jacobson Luiz Rodrigues Ribeiro	MMA			
João dos Santos	EMBRAPA			
Joaquim Leite	MMA	2028 - 1140	Joaquim.leite@mma.gov.br	
Larissa Godoy	MMA	2028-2617	larissa.godoy@mma.gov.br	
Marta Giannichi	MMA	2028 - 1329	marta.giannichini@mma.gov.br	
Salomar Malfado	MMA	2028-2224	salomar.malfado@mma.gov.br	
Mônica Nogueira	MMA	2028 2238	monica.nogueira@mma.gov.br	

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável  
Departamento de Florestas

Reunião: Reunião sobre dados do Inventário Nacional de Emissões  
Data: 10 de fevereiro de 2020 – 16:30, Sala de reunião 724 – 7º andar MMA

Nome	Instituição	Telefone	E-mail	rubrica
Alexandro Santos Avelino	DEFLOR/MMA	2028 2451	alexandre.avelino@mma.gov.br	
Andrea Nascimento de Araújo	MCTIC	2033 7923	anaraujo@mctic.gov.br	
Clarisse Elizabeth F. Cruz	DEFLOR/MMA	2028 2278	clarisse.cruz@mma.gov.br	
Cláudio Aparecido de Almeida	COAMZ/INPE	(12) 3208 7430	claudio.almeira@inpe.br	
Danielly Godiva	MCTIC	2033 7923	danielly.godiva@mctic.gov.br	
Giulia Helena Sterchele	DEFLOR/MMA	2028 2166	giulia.sterchele@mma.gov.br	
Joaquim Alvaro Pereira Leite	DEFLOR/MMA	2028 1140/2092	joaquim.leite@mma.gov.br	
Lidiane Melo	MCTIC	2033 7923	lidiane.melo@mctic.gov.br	
Lúbia Vinhas	CGOBT/INPE	(12) 3208 6459/6499	lubia.vinhas@inpe.br	
Marcio Rojas da Cruz	SEFAE/DEPPC/MCTIC	2033 7923	mrojas@mctic.gov.br	
Marta Lisli Ribeiro Giannichi	DEFLOR/MMA	2028 1329	marta.giannichi@mma.gov.br	
Monique Sacardo Ferreira	DEFLOR/MMA	2028 2093	monique.ferreira@mma.gov.br	
Patrícia Mª Sousa de Abreu	DEFLOR/MMA	2028 2456	patricia.abreu@mma.gov.br	
Roberta Cantinho	MCTIC	2033 7923	roberta.cantinho@mctic.gov.br	
Antonio Carlos Martinez Sanchez	DEFLOR/MMA	2028 2215	antonio.sanchez@mma.gov.br	



Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas - DEFLOR  
Reunião CNA

Data e local: 29 de janeiro de 2020, das 10h00 às 12h00 no MMA 7º andar, sala de frente a 520.

Nome	Instituição	Telefone	E-mail	Rubrica
Clarisse Cruz	Deflor / MMA	61-20282278	clarisse.cruz@mma.gov.br	
Antonio CM Sanchez	Deflor / MMA	61-20282215	antonio.sanchez@mma.gov.br	
MARCELO FUENDE	DNE / MMA	61-2028-1621	marcelo.fuende@mma.gov.br	
Melina Amorim	Unu Carbon	31-99189095	melina.amorim@unucarbon.com	
Henrique Pereira	WayCarbon	31-991881400	henrique.pereira@waycarbon.com	
Mauro Giovanni	MMA	61-20281329	mauro.giovanni@mma.gov.br	
Jaque Fott	MMA	61-20281915	jaque.fott@mma.gov.br	

Assunto: FSA Congorvaca RFDDT

9 apts 2015

9.00 on 11.30 in

Joachim Alvaro Pereira Leite - Diretor de Florestas

Super-56 band

[illegible]

## Reunião: MMA e IDH

Data: 15 de agosto de 2019 – 11:00h Sala de reunião 5º andar MMA

[illegible]

Data: 10/08/19

Horário: 10:00 horas

### Participantes:

Local: Sup. Ibarra / SP

[illegible]



Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas – DEFLOP

## Reunião: Parceria para implementação do Projeto Floresta+ (GCF)

**Data e local:** 19 de setembro de 2019, das 0930h00 às 12h00, sala de reunião 739

[illegible]

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável Florestas e Desenvolvimento Sustentável**  
**Departamento de Florestas**  
**Joaquim Álvaro Pereira Leite**  
 Data: 26 de novembro de 2019 – 10:00h  
 Local: Salão dos Ministros 5º andar do MMA, Brasília-DF  
 Pauta: COP-25

Sérgio Renner	SEMA/AM		gabinete@sema.am.gov.br	Sérgio Renner
Augusto Leal de S. Marques	SIBRA/RO	(61) 9 8252-2378	oleonel.sj@gmail.com	
Ferreira de Mattos Renner	Sesom/TO	(66) 99408-6449	ferreiramatos@secom.TO.gov.br	
Enrico C.T.	SEPLAN/DF	96-981002816	seplan.sp@gmail.com	
LEONARDO POVOA	SEPEC/MG	61 2027 8392	LEONARDO.POVA@NDIC.GOV.BR	
Zukia J. Novaes	Coosócio Nativa	(69) 99249-5773	cira.famora@gmail.com	
CARLOS ARAGON	Fórum Secretariado	(61) 981579962	carlos.aragon@gestaofora.org	
Leandro V. Farias	REPAC/AC	(65) 982879656	leandro.martins@ac.gov.br	
Joaquim. Leite	MMA-DEFLOP		joaquim.leite@mgs	
Cláudio Cruz	MMA-DEFLOP	61-2028 2278	claudio-cruz@mma.gov.br	
Marcia David	MMA	61-2025-2072	marcia.david@mma.gov.br	



Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas - DEFLOR

Reunião : Pagamento por Serviços Ambientais - PSA

Data e local: 04 dezembro de 2019, das 15h30 às 17h00 no MMA, 7ª andar , sala 700.

Nome	Instituição	Telefone	E-mail	Rubrica
Monique S. Ferreira	DEFLOR/MMA	2028-2093	monique.ferreira@mma.gov.br	
Clarisse Cruz	DEFLOR/MMA	2028-2278	clarisse.cruz@mma.gov.br	
João Pessoa V. Jr.	IBFLO/IBAMA	3316-1476	joao.vieira@ibama.gov.br	
Rafael F. de Macedo	IBFLO/IBAMA	"	rafael.macedo@ibama.gov.br	
Rodrigio Vieira	DECO/SBIO	2028-2028	rodrigo.vieira@mna.gov.br	
João Vitor Bacalhão	DRE/SECEX	2028-1303	joao.vitor.bacalhao@mna.gov.br	
Praguen J. Jr.	DEFLOR	"	praguen.jr@mna.gov.br	
Antonio Cabral	SECEX/DRE	2028-1931	antonio.cabral@mna.gov.br	
Orsénio David	DEFLOR/MMA	2028-2075	orsenio.david@mna.gov.br	

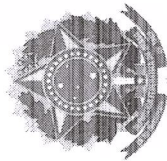


**Ministério do Meio Ambiente**  
**Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS**  
**Departamento de Florestas - DEFLOR**

Reunião com os Secretários da AMAZÔNIA - COP 25

Data e local: 18 dezembro de 2019, das 14h30 às 16h00 no MMA 7<sup>a</sup> andar, sala 739.

[illegible]



Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas- DEFLOR

Reunião: GIZ - Documentação oficina de revisão da proposta do projeto PoMuc 2019  
Data e local: 03 de janeiro de 2020, das 16h30 às 18h00 no MMA 5ª andar , sala 536.

Nome	Instituição	Telefone	E-mail	Rubrica
Anja Wucke	GIZ	61 98151500	anja.wucke@giz.de	
Carmen Tavares Collares Moreira	MMA	2028-2134	carmen.moreira@mma.gov.br	
Clarisse Cruz	MMA	2028 - 2278	clarisse.cruz@mma.gov.br	
Hugo do Valle Mendes	MMA	2028 - 1457	hugo.mendes@mma.gov.br	
Joaquim Leite	MMA	2028 - 1140	joaquim.leite@mma.gov.br	
Mario Henrique Rodrigues Mendes	MMA	2028-2602	mario.mendes@mma.gov.br	
Marta Giannichi	MMA	2028 - 1329	marta.giannichi@mma.gov.br	
Thiago Gil Barreto Barros	MMA	2028 - 1240	thiago.barros@mma.gov.br	
MARCELO D. FINEIRA	MMA	2028-1621	marcelo.d.fineira@mma.gov.br	
Leiz Marcondes	Embaixada		leiz@bras.diplo.de	
Raquel Souza	GIZ	2101-2179	raquel.souza@giz.de	
Leandra Fabonelli	GIZ	2101-2179	leandra.fabonelli@giz.de	



Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas—DEFLOR  
Reunião: Embaixada da França

Data e local: 05 de janeiro de 2020, das 15h00 às 17h00 no MMA 7<sup>a</sup> andar, sala 739.

[illegible]



Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas- DEFLOR  
Reunião: Banco do Brasil - Regularização de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA  
Data e local: 06 de janeiro de 2020, das 15h00 às 17h00 no MMA 7ª andar , sala 739.

Nome	Instituição	Telefone	E-mail	Rubrica
Clarisse Cruz	MMA	2028 - 2278	clarisse.cruz@mma.gov.br	
Joaquim Leite	MMA	2028 - 1140	Joaquim.leite@mma.gov.br	
Marta Giannichi	MMA	2028 - 1329	marta.giannichini@mma.gov.br	
Jorge Gildi	BB	38931819	jorgegildi@bb.com.br	
Artur Martins	BB	3493 0974	artur.martins@bb.com.br	
Márcio Gama	BB		marcio.gama@bb.com.br	
Quilva Stanchela	DEFLOR / MMA			
Gustavo Amaral	MMA	2028-1166	Gustavo.amaral@mma.gov.br	
ALFREDO LUIZ FILHO	ASCOM MMA	2028-1029	alfredo@mma.gov.br	
deletado				



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável**  
**Departamento de Florestas**

## Reunião: Aliança da Terra

Data: 20 de janeiro de 2020 – 16:00, Sala de reunião 739 – 7º andar MMA

Nome	Instituição	Telefone	E-mail	rubrica
Marta Giannichi	MMA	2028-1329	marta.giannichi@mna.gov.br	
Caroline Correia Silveira	Aliança da Terra	62.98116-0491	caroline.rebrega@aliancadaterra.org	Caroline Silveira
Edison Santos Abreu	Aliança da Terra	661984361152	edison.briconda@gmail.com	Edison
Gabriel Constantino Zacharias	Prospeto / IBAMA	61/3316-1844	gabriel.zacharias@bma.gov.br	GZ
Luciana Machado	MMA	2028 22332	luciana.machado@mna.gov.br	
Regina AP Silva	MMA	11	regina.ap.silva@gmail.com	
John Cam Carter	Aliança de Terra	62-3945-6300	john@brigadaalianca.com	
CHARLTON JOHN LOCKS	ALIANÇA DA TERRA SA	62981592280	CHARLTON@ALIANCADATERRA.COM	







Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas - DEFLOR

## Reunião WWF

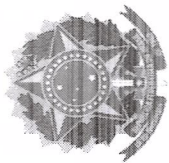
Data e local: 29 de janeiro de 2020, das 15h00 às 17h00 no MMA 7<sup>a</sup> andar, sala 739.

[illegible]



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS**  
**Departamento de Florestas – DEFLO**  
**Reunião: IPÊ - Regularização de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA**  
Data e local: 30 de janeiro de 2020, das 09h00 às 12h00 no MMA 7<sup>a</sup> andar, sala 701

[illegible]



Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas- DEFLOR

Reunião: CI - Regularização de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA

**Data e local:** 30 de janeiro de 2020, das 14h00 às 16h00 no MMA 7<sup>a</sup> andar, sala 739.

[illegible]

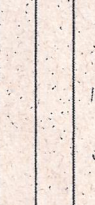
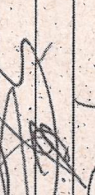
Assunto:	Resubmissão PGF
Data:	3 FEV 2020
Horário:	9:00h

3 FEB 2020

9.006

Participants: *Dendroica coronata* (44A)

Local: *Boana*. Sp.

Nome	Instituição	Telefone	Assinatura
Gabriel Faria Hava 1921 papel - pelti Gustavo Pinheiro	Inst. Univ. e Soc. Unif. A ICS	(01) 983354876 21 981238853 (01) 2078 8027 (01) 98338-8586	 





**Ministério do Meio Ambiente**  
**Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS**  
**Departamento de Florestas- DEFLOR**  
**Reunião: PCI e IDH – Regulamentação de Pagamentos por Serviços Ambientais.**  
Data e local: 13 de fevereiro de 2020, às 09h30 no MMA 5º andar , sala 507.

[illegible]



Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas- DEFLOR

Reunião: PCI e IDH – Regulamentação de Pagamentos por Serviços Ambientais.

Data e local: 13 de fevereiro de 2020, às 14h00 no MMA 7<sup>a</sup> andar, sala 739.

[illegible]



Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Florestas e Desmatamento Sustentável - SFDS  
Departamento de Florestas- DEFLOR  
Reunião: ICV – Regulamentação de Pagamentos por Serviços Ambientais.  
Data e local: 17 de fevereiro de 2020, às 16h30 no MMA 7ª andar , sala 739.

Nome	Instituição	Telefone	E-mail	Rubrica
Clarisse Cruz	MMA	2028 - 2278	clarisse.cruz@mma.gov.br	
Giulia Helena	MMA	2028 - 2166	Giulia.sterchele@mma.gov.br	
Joaquim Leite	MMA	2028 - 1140	Joaquim.leite@mma.gov.br	
Marta Giannichi	MMA	2028 - 1329	marta.giannichini@mma.gov.br	
Alice Thuault	ICV			
Renato Farias	ICV	65991014094	RENATO.FARIAS@ICV.AMAZONIA	
Paula Bernasconi	ICV			
Katy Knapp	ICV	6699952-0492	KATY@ICV.ORG.BR	
Alice Thuault	ICV	(65)99312-2491	alice@icv.org.br	
Marcelo David	MMA	(61)20251078	MARCELO.DAVID@MMA.GOV.BR	



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável**  
**Departamento de Florestas**

## Reunião: Metodologia ART Trees

Data: 18 de fevereiro de 2020 – 14:30, Sala de reunião 529 – 5º andar MMA

[illegible]



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável**  
**Departamento de Florestas**

## Reunião: Metodologia ART Trees

Data: 18 de fevereiro de 2020 – 14:30, Sala de reunião 529 – 5º andar MMA

[illegible]

Data: 21/02/2020

Horário: 9:30

Local: Ibama - SUPES-SP

**Assinatura**

Data: 28/02/2020

Horário: 10:00

Participantes: Diretor Joaquim Álvaro Pereira Leite - Departamento de Florestas (MMA)

Local: Ibama - SUPES-SP

[illegible]

Assunto:	Regularização PSA art 41	Data: 28/02/2020
Participantes: Diretor Joaquim Álvaro Pereira Leite - Departamento de Florestas (MMA)		Horário: 14:00
Local: Ibama - SUPES-SP		

Horário: 14:00

Participantes: Diretor Joaquim Álvaro Pereira Leite - Departamento de Florestas (MMA)

Local: Ibama - SUPES-SP

[illegible]



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais  
Gabinete SAS

**DESPACHO Nº 22466/2022-MMA**

**Assunto: Pedido de informações do Senador Jaques Wagner, contido no Requerimento nº 654, de 2021.**

À ASPAR,

Em atendimento ao Despacho ([0886059](#)), encaminho Despacho SEI ([0902149](#)) com as informações solicitadas no Requerimento nº 654/2021.

Atenciosamente,

**MARTA GIANNICHI**

Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais



Documento assinado eletronicamente por **Marta Lisli Ribeiro de Moraes Giannichi, Secretário(a)**, em 30/05/2022, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0902468** e o código CRC **7B91B69D**.

Referência: Processo nº 02000.002352/2022-49

SEI nº 0902468

Criado por [04192424142](#), versão 2 por [04192424142](#) em 30/05/2022 11:04:54.